

Eris anuncia duas novas opções para negociação com bancos credores

por Getúlio Bittencourt
de Washington

O Brasil vai apresentar aos bancos comerciais duas novas opções no cardápio para negociar o principal da dívida externa, afirmou na terça-feira o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Serão dois bônus ou outros instrumentos que permitam a redução do principal ou a redução da taxa de juros, como previsto no Plano Brady, para bancos que desejem sair do risco do País.

"Vocês sabem que os interesses dos bancos comerciais não são sempre convergentes", disse Eris. "Os bancos americanos e os bancos europeus, e mesmo entre os bancos europeus, os interesses são às vezes diferentes. Então, nós queremos fazer o menu mais amplo possível, que possa atender essa diversidade de interesses."

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, havia afirmado antes na reunião do BID em Nagoya que a proposta brasileira para negociar o principal já foi entregue aos bancos pelo embaixador Jório Dauster em outubro do ano passado, e os banqueiros se recusaram a examiná-la. "Esperamos que agora os bancos passem a examiná-la", declarou a ministra no Japão.

Mas ela acompanhou ontem o acréscimo de Eris. "Mantemos a nossa proposta, porém não estamos casados com ela", explicou Zélia. "Estamos abertos para examinar qualquer alternativa", acrescentou, ao ser indagada sobre os bônus de redução do principal e dos juros.

Eris deveria ter um encontro na quarta-feira com o executivo internacional sênior do Citicorp, William Rhodes, e o presidente do comitê assessor de bancos, Robert McCormick, em Nova York, mas a pedido deles antecipou a conversa para a manhã de terça-feira. Ambos lhe relataram o estado do rascunho do protocolo de acordo ("term-sheet") sobre os juros atrasados e disseram que mantêm a esperança de vê-los assinados pelos cerca de 300 bancos credores até o final de maio.

"Conversamos sobre a data do início da negocia-



Ibrahim Eris

ção do principal", admitiu o presidente do Banco Central, "mas chegamos à conclusão de que é preciso primeiro tirar o 'term-sheet' do caminho, até porque a negociação do principal se dará com as mesmas equipes que agora estão trabalhando nesse documento". Isso sugere que, se tudo der certo, junho é o prazo tentativo para o início das conversas. O momento coincidiria oportunamente com a visita do presidente Fernando Collor de Mello aos EUA.

A dificuldade técnica com o "term-sheet", para Eris, não tem muito a ver com o fato de que o Brasil não quer pagar as despesas do comitê assessor de bancos. "Alguns bancos estão argumentando que a decisão brasileira é válida daqui para a frente, mas notam que o 'term-sheet' se refere ainda ao acordo de 1988", informou ele. "Esse detalhe não é relevante. A demora se deve mesmo à tradução do acordo em termos jurídicos, porque esse documento não é propriamente novo, é composto de uma série de suspensão de artigos do acordo do Brasil com os bancos em 1988", lembrou.

Eris disse também que ainda não estão muito bem definidas as regras de redução do principal da dívida de países de renda média com o Clube de Paris. A ministra Zélia foi mais agressiva nesse ponto e disse que o precedente para que o Brasil também peça uma redução do principal ao Clube de Paris já foi dado pelos casos da Polônia e do Egito, embora se possa discutir o percentual, que no caso da Polônia foi de 50%.